

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 116/2020 ¹

1. Síntese da Matéria:

O projeto prorroga o prazo para enquadramento do Simples Nacional em todo território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade.

Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, o projeto foi aprovado com substitutivo que promove ajustes no texto, em especial a atualização do prazo para o ano de 2021.

2. Análise:

As microempresas e empresas de pequeno porte, em início de atividade, mesmo em condições normais de funcionamento da economia, enfrentam grandes dificuldades para cumprir os encargos de outros regimes de tributação. Dessa forma, impedir ou dificultar seu acesso ao Simples Nacional redundará, na maioria dos casos, no adiamento da entrada em funcionamento da empresa, com prejuízo para a criação de empregos, ou em sonegação fiscal, com efeitos negativos sobre a arrecadação.

4. Resumo:

O projeto prorroga o prazo para enquadramento do Simples Nacional para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade.

Considerando que impedir ou dificultar o acesso de micro e pequenas empresas ao Simples Nacional redundará, na maioria dos casos, no adiamento da entrada em funcionamento da empresa ou em sonegação fiscal, conclui-se que a proposta atende aos requisitos de adequação orçamentária e financeira.

Brasília, 20 de junho de 2022.

Wellington Pinheiro de Araújo
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

¹ Solicitação de Trabalho da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação para atender ao disposto no art. 10-A da Norma Interna da CFT.